

# Partido Clientelista Brasileiro, maioria

"O partido político majoritário no Brasil não é o PMDB, é o PCB. Mas não é o Partido Comunista Brasileiro não. É o Partido Clientelista Brasileiro. E infelizmente na Nova República está sendo feita muito pouca coisa para acabar com o empreguismo, uma marca profunda na cultura política brasileira."

A frase é pronunciada com a autoridade de quem demitiu 28 mil funcionários públicos nomeados irregularmente em seu Estado. Seu autor é o governador da Paraíba, Tarcísio Burity, o convidado desta semana do programa *Debate em Manchete*, que irá ao ar hoje, a partir das 23 horas. Entrevistado, no programa, por seu produtor, o professor Arnaldo Niskier, e pelo colunista Ancelmo Góis e por José Neumanne Pinto, editor de *Política de O Estado de S. Paulo*, o governador da Paraíba denunciou também que a Constituinte se está deixando conduzir por um emocionalismo que pode prejudicar muito o resultado final da nova Constituição.

Como provas desse emocionalismo, Tarcísio Burity citou a aprovação pela Comissão de Sistematização do instituto da estabilidade para o trabalhador da empresa privada e a inclusão do substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), da garantia plena de emprego a todos os funcionários públicos, concursados ou não, que tenham mais de cinco anos de serviço.

"A questão da estabilidade é profundamente emocional. Pensam que ela vai proteger o trabalhador, mas, na verdade, será uma desgraça para ele. O que vai acontecer é que, com a previsão da estabilidade na Constituição, as empresas não conseguirão cumpri-la e aí fecharão as portas. Outras vão 'tapear', dar um jeitinho qualquer, fingindo que estão cumprido a lei, sem estar: muitos operários não terão sequer suas carteiras assinadas. A Constituição não vai resolver tudo. E muitos assuntos que estão sendo incluídos na nova Constituição deveriam figurar em leis ordinárias, porque refletem aspectos puramente conjunturais. Não serão medidas emocionais que resolverão os gravíssimos problemas do País", disse o governador.

Tarcísio Burity, que é governa-

dor de seu estado pela segunda vez (na primeira, foi nomeado) e foi eleito deputado federal pelo PDS com uma votação espetacular, teme muito pela sobrevivência da democracia nas atuais circunstâncias. Ele admitiu, ao responder a uma pergunta do colunista Ancelmo Góis, a possibilidade de uma intervenção autoritária, causada pelo desencanto da população brasileira em relação ao governo federal, à Constituinte e também aos governadores estaduais. Mas Burity defendeu o direito que os governadores têm de se reunir, sem necessariamente reeditar as práticas da República Velha ("política dos governadores").

Na entrevista que deu à *TV Manchete*, no Rio, o governador da Paraíba reconheceu que o País está passando por uma crise econômica profunda, mas não concordou com a existência de impasses políticos mais sérios. Segundo ele, "essa crise política é, em parte, criada por determinados grupos: por candidatos a candidatos à Presidência da República e pelos grupos partidários que desejam impor determinada orientação na administração pública federal. A crise econômica, esta sim, acaba de ser agravada com a crise econômica internacional (a queda das Bolsas de Valores nas principais capitais ocidentais). O fato econômico é objetivamente claro, palpável. Não adianta querer sofismar em torno disso: ou o governo tem competência para resolvê-lo ou não haverá regime nem partido que se sustente no poder. O povo não suportará a fome, que está aumentando cada vez mais. A palavra agora está com o presidente da República, para que, pelo menos, diminua a crise, se não puder resolvê-la".

Presidencialista, Tarcísio Burity criticou o parlamentarismo, apontando como exemplo a confusão política criada na área federal com a intromissão dos partidos na administração pública. "As questões mais naturais, mais simples, deixam de ser resolvidas e, então, se cria uma verdadeira crise nacional. Muda o governo, muda o regime, mudam os partidos, mas o clientelismo continua a ser um obstáculo terrível à democracia", concluiu.